



**ACÓRDÃO Nº209/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11344/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV.
- 4- **Advogados:** Não possui
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sra. Suzana Farias de Araújo, Diretora Presidente do SISPREV.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 789/2018–MPC–ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.2140/2142).
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV. Exercício 2016.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinações. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Suzana Farias de Araújo**, Diretora-Presidente do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2016, nos termos do art.1º, II e art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.5º, II, da Resolução nº 04/2002 – R/TCE;
- 10.2- **Multar** a Sra. **Suzana Farias de Araújo**, Diretora-Presidente do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/1996;
- 10.3- **Fixar prazo de 30 (trinta) dias** pra o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art.308, §3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art.175 da Resolução TCE 04/02;
- 10.4- **Determinar** ao órgão de origem:
  - a) Regularize, em conjunto com Poderes Executivo e Legislativo, o Certificado de Regularidade Previdenciária do município



**ACÓRDÃO Nº209/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

perante a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS, vinculada ao Ministério da Fazenda, conforme art. 27 da Port. MPS nº 402/08 c/c arts. 7º, I a IV, 9º, II, da Lei nº 9.717/98;

- b) Promova a imediata reestruturação do Portal da Transparência do SISPREV, a fim de proporcionar aos seus segurados informações quanto à gestão do RPPS, conforme art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, VIII da Portaria MPS nº 204/08, art. 12 da Portaria MPS nº 402/08 e art. 4º, III, Lei Municipal nº 714/2014;
- c) Adote as providências necessárias para reduzir o déficit atuarial do RPPS, seja implementado plano de amortização, seja realizando na última hipótese a segregação de massas, conforme art. 20 da Port. MPS nº 403/08 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98;
- d) Promova a cobrança do valor de R\$ 3.333.203,00, com a devida atualização monetária, das contribuições patronal e dos servidores, exercício 2016, que não foram recolhidas pela Prefeitura do município de Presidente Figueiredo, sob pena de solidariedade, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.717/98 e arts. 4º, 152 e 155 da Lei Municipal nº 714/2014;
- e) Promova a cobrança imediata da contribuição patronal do auxílio-doença das competências fevereiro, março, agosto, setembro e outubro/2016 da Prefeitura de Presidente Figueiredo, recolhidas em atraso sem a cobrança de juros, conforme disposto nos arts. 152 e 155 da Lei Municipal nº 714/2014;
- f) Apresente nos próximos demonstrativos contábeis a escrituração das contribuições dos servidores referentes aos auxílio-doença, conforme disposição do art. 16 da Portaria MPS nº 402/08, art. 5º, XIII, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 123 da Lei Municipal nº 714/2014;
- g) Solicite da Prefeitura de Presidente Figueiredo o envio mensal da folha de pagamento para que o SISPREV faça o efetivo controle sobre as contribuições patronal e dos servidores, conforme expressão do art. 127, § 2º da Lei Municipal nº 714/2014 e art. 46 da Orientação Normativa nº 02/2009;
- h) Realize a avaliação atuarial em cada balanço e encaminhe o Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial à Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS e ao Tribunal de Contas, conforme art. 5º, XVI, “b”, da Port. MPS nº 204/08 e art. 3º, “d”, da Res. TCE nº 08/11;
- i) Faça a reavaliação periódica do ativo imobilizado, desde que não ultrapasse o lapso temporal de quatro anos.

**10.5- Determinar à DICAMI que analise as restrições 5, 6 e 7**



**ACÓRDÃO Nº209/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

referentes às contribuições previdenciárias devidas pela Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, no âmbito da Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2016, para apuração da responsabilidade;

**10.6- Dar ciência** desta decisão à responsável;

**10.7-** Cumpridas as determinações acima, **arquivar** os autos, nos termos regimentais.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral